

Marilda Aparecida de Menezes

Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia, UFCG;
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPB/UFCG.

O COTIDIANO CAMPONÊS E A SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES C. SCOTT

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar e analisar o conceito de “formas cotidianas de resistência” desenvolvido pelo cientista político americano James Scott em dois de seus livros: *Weapons of the Weak: the everyday forms of peasant resistance* (Armas dos fracos: as formas de resistência cotidiana) e *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts* (Dominação e as artes da resistência: transcrições ocultas). Abordamos, também, as influências teóricas de escolas e/ou autores sobre o pensamento de Scott, tais como o interacionismo simbólico de Erving Goffman. Na parte final do artigo, mencionamos algumas críticas formuladas ao conceito. Alguns consideram que as formas cotidianas de resistência são apenas uma válvula de escape e expressam falsa consciência, diferenciando-se da resistência real, estas sim constituidoras de práticas efetivamente transformadoras do sistema dominante. Apesar das críticas, o artigo pretende mostrar que a noção de formas cotidianas de resistência trouxe uma contribuição original para pensar a política de grupos subordinados para além de perspectivas clássicas das ciências sociais, que privilegiam as ações de movimentos sociais e partidos no processo de transformação social.

Palavras chave: campesinato, resistência, movimentos sociais rurais.

ABSTRACT

The article aims to present and analyze the concept of “everyday forms of resistance” developed by the American political scientist James Scott in two of his books: *Weapons of the weak: the everyday forms of peasant resistance* and *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. We include, also, some theoretical influences from schools and authors on Scott's thought such as the symbolic interactionism of Erving Goffman. In the final part of the article, we mention some criticisms against the concept. Some understand that the everyday forms of resistance are only a subterfuge and express false conscience, making them do differ from the real resistance, which is constituted by practices towards the transformation of dominant system. In spite of criticism, the article intends to show that the notion of everyday forms of resistance bring an original contribution to think the politics of subordinate groups beyond classical perspectives of social sciences which privilege the action of social movements and political parties in the social transformation.

Keywords: peasantry, resistance, rural social movements.

INTRODUÇÃO

É inegável a importância dos movimentos sociais na transição democrática e na conquista de direitos básicos dos trabalhadores, inclusive o direito de expressão política e redefinição da cultura política (Viola e Mainwaring, 1987: 107; Scherer-Warren, 1987: 49-50).

Santos (1985: 7-8), em sua introdução à coletânea de textos intitulada “Revoluções camponesas na América Latina”, insere as lutas camponesas no contexto das transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade latino-americana, acentuando as conseqüências da modernização agrícola sobre as relações de trabalho, as condições de vida e a atualização da violência costumeira, bem como as respostas que o Estado tem dado às reivindicações dos camponeses e trabalhadores rurais. Se este contexto propicia a emer-

gência de movimentos sociais diversificados, seja internamente no Brasil ou em outros países da América Latina, também existem diversos grupos de trabalhadores rurais que não têm participação direta em importantes organizações políticas, sendo, em geral, caracterizados como grupos que carecem de organização de classe ou política. Assim, as práticas e representações das relações de dominação inerentes a esses grupos são geralmente compreendidos pela literatura como conformismo, acomodação e/ou submissão. O objetivo deste artigo é apresentar alternativas teóricas que permitam compreender as formas diversas em que os trabalhadores rurais expressam as relações de dominação, que se diferenciam das formas de luta coletiva, organizada, pública e formal.

O cientista político e antropólogo americano James C. Scott traz uma contribuição importante e polêmica nesta

perspectiva¹. Scott centrou sua atenção, predominantemente, nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local do que em conflitos de massa contra o governo (Wilson, 1987: 111), dedicando-se a analisar formas de resistência cotidiana, individual ou coletiva. Desse modo, o autor situa teoricamente o seu trabalho (1985, 1990) em relação a certos estudos, incluindo seus trabalhos anteriores, sobre o campesinato, especificamente aqueles que tratam do tema “rebeliões e revoluções camponesas”², demonstrando, ainda, a sua insatisfação quanto a estas abordagens, argumenta que as revoluções camponesas são poucas e a grande maioria dos camponeses se expressa através de outras formas de resistência. Sem desconsiderar a importância dos movimentos sociais, Scott entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados. Propõe deslocar a ênfase de rebeliões camponesas para o que denomina ‘formas cotidianas de resistência’, pois compreende que as ciências sociais se equivocaram ao privilegiar as organizações formais, tais como sindicatos, movimentos sociais ou partidos revolucionários como a forma mais importante da luta social e o meio principal da mudança social (Monsma, 1999: 5).

1. FORMAS DE RESISTÊNCIA COTIDIANA

A noção de ‘formas cotidianas de resistência’, proposta por Scott, é desenvolvida, inicialmente, no seu livro intitulado *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (1985), o qual é oriundo de um trabalho de dois anos de observação participante, no final da década de 70, em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia. Esta aldeia se dedicava tradicionalmente à agricultura do arroz e as mudanças trazidas pela revolução verde, especialmente a utilização de máquinas de ceifar e trilhar, aumentaram a desigualdade entre os pobres, porque desempregava os trabalhadores da colheita (Monsma, 1999: 4). Nesta aldeia, os conflitos de classe não se expressavam através de movimentos organizados, mas de uma série de práticas e re-

presentações que foram sintetizadas por Scott através da noção de formas de resistência cotidiana, que se constituem na:

... luta prosaica, mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses (Scott, 1985: 32/3).

Como expressões da resistência cotidiana são citadas as seguintes expressões: fazer ‘corpo mole’, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, fantasia, difamação, maledicência, incêndio culposos.

Estas formas brechtianas de luta de classes têm certos traços em comum. Elas requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas sempre representam uma forma de auto-ajuda individual e, geralmente, evitam qualquer confrontação direta, simbólica com autoridade ou com normas da elite. Entender estas formas de resistência comum é entender o quanto os camponeses fazem “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma possível (Scott, 1985: 29).

Diferentemente dos movimentos sociais, que são expressões institucionais, coletivas, formais, públicas, as práticas cotidianas requerem pouca ou nenhuma coordenação, são informais, ocultas (Scott, 1985: 29-33). Tanto as práticas cotidianas quanto as dos movimentos sociais são consideradas por Scott como formas de resistência. Assim, ele discorda da separação entre “resistência real” e “resistência incidental”:

Resistência real, se argumenta, é (a) organizada, sistemática e cooperativa; (b) guiada por princípios e não-egoísta; (c) tem consequências revolucionárias e/ou (d) incorpora idéias ou intenções que negam as bases da dominação em si mesmas. Atividades incidentais ou epifenomênicas, por contraste, são (a) desorganizadas, não-sistemáticas e individuais; (b) oportunistas e de auto-satisfação; (c) não têm consequências revolucionárias e/ou (d) implicam na sua intenção ou significado, uma acomodação com o sistema de dominação (Scott, 1985: 292).

O autor entende que esta diferenciação pode ser utilizada para fins de classificação das formas de resistência,

¹ Para uma apresentação da obra e/ou da formação acadêmica de James C. Scott, ver Monsma (2000).

² Moore, Barrington. *Social origins of Dictatorship and Democracy* (Boston: Beacon, 1966; Paige, Jeffrey M. *Agrarian Revolution : Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World* . New York: Free Press, 1975; Wolf, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York: Harper & Row, 1969; Scott, James C. *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven: Yale Univ. Press, 1976; Popkin, Samuel L. *The Rational Peasant*. Berkeley: Univ. of California Press, 1979” (Scott, 1985: 28).

mas discorda de qualificar as práticas cotidianas como triviais ou sem consequência.

Dado o caráter fragmentado e difuso das formas de resistência cotidiana, a questão que se coloca é como identificá-las e que metodologia utilizar para estudá-las. Em um trabalho posterior intitulado *Domination and the Arts of Resistance* (1990), assim como no livro anterior *Weapons of the weak* (1985), Scott se propõe a compreender as relações de dominação a partir das interações sociais cotidianas, demonstrando, assim, uma influência do pensamento de Goffman (1985), que estudou a interação social sem muito enfatizar as relações de poder. No entanto, o poder, a dominação e a resistência estão no centro da análise de Scott (Monsma, 2000: 101). O autor trata não só de camponeses, mas também de outros grupos ou classes, tais como escravos, servos, etnias e povos colonizados. Segundo Monsma (1999: 5), estes dois livros estimularam grande parte da ebulição intelectual dos últimos anos a respeito da resistência cotidiana.

As interações sociais são analisadas como uma teatralização, em que os indivíduos se utilizam de diversas máscaras para lidar com situações de poder. Scott justifica esta perspectiva recorrendo à romancista inglesa George Elliot, que defende que não há ação possível sem um pouco de representação (1990:1).

Em *Domination and the Arts of Resistance* (Dominação e Artes da Resistência), o autor desenvolve, de forma mais ampla a noção de formas cotidianas de resistência, propondo entendê-la como uma “transcrição (transcript) pública” e “transcrição oculta”³. Assim define:

Eu usei o termo ‘transcrição pública’ como um caminho abreviado para descrever as interações abertas entre subordinados e aqueles que os dominaram (...) Público aqui se refere à ação que é abertamente dirigida à outra parte nas relações de poder e transcrição é usado quase em seu sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões (1990: 2).

Na transcrição pública, ambas as partes tendem a orientar suas atitudes por estratégias de respeito, dissimula-

ção e vigilância. A análise dessas atitudes pode ser um caminho metodológico para compreender os padrões culturais de dominação e subordinação (1990: 4). Esta perspectiva representa uma crítica à visão de que os grupos e/ou indivíduos dominantes são os que mantêm o controle total sobre os grupos dominados. Mesmo que o subordinado esteja em conflito com o dominante, tende a agir com deferência e consentimento. Trata-se de um “gerenciamento de aparência”, em situações de hierarquia de poder, no qual o subordinado tenta interpretar a expectativa do dominante.

A dominação precisa ser reafirmada através de um trabalho político-sistemático, representado na “transcrição pública”. As principais formas dessa transcrição são as *afirmações*, os *eufemismos* e a *unanimidade*. *Afirmações* ocorrem através de pequenas cerimônias, as quais Scott denomina de *etiqueta*, que constituem uma espécie de ‘gramática da interação social’ (Scott, 1990: 47). *Eufemismos*, por sua vez, têm como objetivo mascarar os fatos cruéis e violentos da dominação e dar-lhes um aspecto inofensivo ou simpático. Como exemplo, o autor cita o uso da palavra “pacificação”, equivalendo a ocupação e/ou ataque armado. *Unanimidade*, finalmente, são mecanismos utilizados pelos dominantes, não para ganhar a concordância dos subordinados, mas para intimidá-los de modo a garantir um relacionamento durável de submissão (Scott, 1990: 55/8).

Assim, há diferentes gradações de poder nas interações sociais. Então, quanto maior for a distância de poder entre subordinados e dominantes, mais a interação tende a assumir um caráter ritualístico, ou seja, quanto mais ameaçador o poder, mais espessa é a máscara. Exemplificando, o autor cita uma frase de um escravo jamaicano: ‘fingir de bobo, para ser esperto e inteligente’ (1990:3-4).

Nesta perspectiva, Scott desenvolve, de forma mais ampla, a noção de formas cotidianas de resistência, propondo entendê-la como uma “transcrição oculta”, que é um discurso que acontece fora do palco (*offstage*), “para além da observação direta de detentores do poder” (Scott, 1990: 4). Em alguns momentos de sua análise sobre a transcrição pública, o autor afirma que a representação é

³ Monsma traduziu *hidden transcript* como *transcrições escondidas*. Agradeço a sugestão de Frederico de Castro Neves (Depto. De História, UFCE) de traduzir *hidden* como *oculta*, citando aqui a sua argumentação: “Penso que o termo *hidden*, proposto por Scott, refere-se a situações ocultas pelas relações de poder e dominação: situações que se tornam visíveis ou pela pesquisa ou quando se tornam *públicas*, em determinados momentos de rebelião ou enfrentamento. Assim, Scott não parece demarcar a relação visível x invisível, mas outra: público x oculto / privado. Oculto por permanecer num circuito de entendimento e enunciação que é restrito aos subordinados e, dessa forma, é privado ou privativo/ restrito”.

falsa ou estereotipada (1990: 3-4). Isto parece contraditório com a interpretação das interações sociais enquanto drama, em que os indivíduos vestem diversas máscaras, sem distinção entre verdadeira e falsa, real ou fictícia. Embora as expressões da transcrição pública sejam fundamentais para a análise das relações de poder, uma questão se mantém como problemática: como saber se elas são uma representação, uma teatralização?

Segundo Scott, a única forma de resolver esta questão é conversar com o ator “fora do palco”, ou seja, distante do contexto hierárquico de poder, para além da observação direta de detentores do poder (1990: 4). Este espaço “seguro”, “livre” é chamado de “transcrição oculta”, que consiste de falas, gestos e práticas que confirmam, contradizem ou modulam o que aparece na transcrição pública. Não se trata de uma oposição entre o espaço da necessidade e o da liberdade, ou o contexto do falso e o do verdadeiro, mas antes atos teatrais para audiências diferentes (1990: 5). Exemplificando, Scott cita a explosão de raiva da personagem de George Elliot, a Sra. Poyser. Em certa ocasião, o proprietário da terra propõe uma troca da parcela de terra dedicada à agricultura e pastagem entre a Sra. Poyser e o novo arrendatário, o que, certamente, seria desvantajoso para ela. Inicialmente, a Sra. Poyser trata o proprietário com respeito e submissão, mas, num determinado momento, a raiva contida em seu ser explode num ato de fúria, fazendo com que a Sra. Poyser diga enfaticamente que “... os trabalhadores não serão tratados como animais, apesar do poder do dono sobre eles”. A Sra. Poyser ainda ousa em atingir a auto-estima do dono, dizendo que ele não tinha amigos e era odiado por toda a paróquia. Com isso, percebe-se que a passagem da transcrição pública – atitude de respeito e subserviência – para uma atitude de confronto com o poder revela as tensões entre a transcrição oculta e a pública, pois o discurso proferido publicamente expressava o sentimento comum da comunidade – aquilo que se comentava entre eles mesmos e também tinha sido ensaiado inúmeras vezes no imaginário da Sra. Poyser.

Assim, convém destacar dois aspectos da atitude da Sra. Poyser. Primeiro: em seu discurso, ela pretende não apenas falar por ela, mas por toda a comunidade; de outro lado, a comunidade também legitima o seu discurso, elegendo-a como uma heroína local. Segundo: embora tenha sido um discurso circunstancial, espontâneo, individual,

repercutiu sobre as relações de poder, tendo frustrado o plano do fazendeiro.

Refletindo sobre as diferenças entre a transcrição oculta e a pública, o autor distingue pelo menos quatro variedades de discurso entre os grupos subordinados, que variam de acordo com a proximidade do discurso oficial e dos tipos de audiência (1990: 18). Primeiramente, há um discurso público que toma como base a auto-imagem das elites. Neste caso, as elites cumprem determinadas obrigações sociais para com seus subordinados, mantendo, assim, a face de protetora e generosa. Os subordinados, por sua vez, se orientam pela expectativa dos dominantes e assim afirmam o *status* através do respeito e da submissão. Segundo, a transcrição oculta, que se expressa em espaços seguros e distantes dos olhares intimidantes do poder. Em uma terceira variedade de discurso, tem-se a “política de dissimulação e anonimato”, a qual é um comportamento político que se situa entre o oculto e o público. Nesta performance, predominam as atitudes de deferência e lealdade, em que se realiza a política de dissimulação e anonimato que acontece publicamente, mas que, através do duplo sentido, protege a identidade de seus atores. Exemplos desta prática são: rumores, fofocas, folclore, piadas, músicas, rituais, códigos e eufemismos (Scott, 1990:19). A insubordinação aberta e que se confronta com a estrutura hierárquica e de poder resulta em reações rápidas, diretas e muitas vezes violentas por parte dos detentores do poder. Porém, as possibilidades para esta forma de resistência dependerão das formas de controle do trabalho e das crenças sobre as probabilidades de retaliação, repressão e violência (Scott, 1985: 34). Finalmente, a expressão política mais nítida é a ruptura da transcrição oculta, tornando-se pública. Embora esta seja a expressão propriamente política, Scott está prioritariamente preocupado em estudar as formas ocultas e dissimuladas, ou seja, a segunda e a terceira forma. Estas só podem ser abordadas através de um estudo localizado no tempo e espaço. Parafraseando Foucault em *Vigiar e Punir*⁴, ele diz:

tal análise esboçaria uma tecnologia e prática de resistência análogas à análise de M. Foucault de tecnologia da dominação (Scott, 1990: 20).

O interesse de Scott vai particularmente para situações de dominação, que, embora institucionalizadas através da ideologia, do ritual e da etiqueta, são permeadas por relações pessoais, como é o caso das relações entre servo e

⁴ Foucault, M. (1979). *Discipline and Punish: the birth of the prison*. Translated by Alan Sheridan. New York: Vintage Books.

senhor, do sistema de castas, e as relações sociais do campesinato. Embora estas relações sociais tenham diferenças com estruturas de dominação de larga escala, baseadas em regras impessoais, técnico-científicas, os grupos que se orientam por relações pessoais têm também uma existência social “fora do palco”, o que lhes permite desenvolver uma crítica ao poder (1990:21).

Nas interações sociais mediadas pelo poder, dificilmente “se fala a verdade”. No entanto, elas são orientadas por regras sociais de etiqueta e de boa educação, sendo, na maior parte das vezes, representadas pela troca de amabilidades e sorrisos. Os indivíduos orientam seu comportamento pela posição da pessoa com quem estão se relacionando.

Embora Scott tenha uma influência de Goffmann, priorizando a análise de como as pessoas reagem de acordo com as expectativas do outro, ou seja, a “face”⁵, a sua epistemologia, no entanto, não se define apenas pelo interacionismo simbólico, ou seja, não assume totalmente a noção de face nas interações sociais, mas entende que as formas de representação que os indivíduos das diversas categorias sociais utilizam nas relações cotidianas com seus superiores, como por exemplo o “respeito”, são definidas pela estrutura social (1990:2- 24).

Assim sendo, respeito é antes uma das conseqüências do sistema de estratificação do que a sua criação (...) Cada uma e qualquer inferência sobre a atitude atrás de um ato de respeito deve, conseqüentemente, ser baseada na evidência externa ao próprio ato (1990: 23-4).

A epistemologia de Scott é marcada tanto pela importância dos condicionantes da estrutura social, especialmente os da estratificação social no comportamento dos indivíduos, quanto pelas interações sociais cotidianas. Esta perspectiva é ilustrada através de vários exemplos, sendo um deles o das mães escravas que socializam seus descendentes para uma atitude conformista.

Uma questão metodológica ainda permanece problemática: como estimar o impacto das relações de poder nas ações quando o exercício do poder é constante? (Scott, 1990: 25). A solução proposta por Scott é a observação tanto em situações de transcrição pública (“no palco”), quanto oculta (“fora do palco”). Não se trata, no entanto, de uma

oposição entre o espaço da dissimulação e o da verdade, do poder e da ausência de poder, do conflito e da solidariedade. As relações entre iguais nem sempre ocorrem dentro de linhas democráticas, mas se constroem também sob critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade. Um exemplo mencionado é o arrendatário que para ter terra propõe pagar renda maior do que a média local. Aos que praticam tais atos, são atribuídas nomeações discriminatórias, como “puxa sacos”, ou sofrem o desprezo do grupo local.

2. TRANSCRIÇÃO OCULTA E POLÍTICA DA DISSIMULAÇÃO: LINGUAGEM E EMOÇÕES

Entendendo que as formas cotidianas de resistência se expressam tanto em ações quanto em pensamentos, Scott analisa algumas expressões lingüísticas da sociedade rural Malasiana que caracterizam um “vocabulário da exploração”, no qual denominar os fazendeiros de miseráveis, gananciosos e arrogantes aparecem como expressões mais recorrentes.

Tomadas coletivamente, estas expressões corporificam algo próximo a uma ideologia de relações de classe, ou seja, uma ideologia que não é exclusiva do ponto de vista dos pobres da comunidade rural, mas é compartilhada em considerável extensão também pelos ricos (Scott, 1985: 187/8).

Nesse sentido, essas expressões não simbolizam apenas uma crítica aos fazendeiros, mas se articulam a um contexto de valores, no qual a expectativa é de que os ricos devam ser benevolentes, não egoístas e capazes de ajudar. Scott chama esta forma de representação das relações de dominação de “ethos”. As expressões lingüísticas emergem quando os ricos não cumprem com determinados valores e práticas tradicionais. Isto geralmente se torna mais evidente em períodos de transformação das relações de trabalho e poder, no sentido de uma racionalização e burocratização da interação social em detrimento de formas pessoais de clientelismo e patronagem.

⁵ “Face é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados, embora seja uma imagem que os outros possam compartilhar, como quando uma pessoa tem um bom desempenho de sua profissão ou religião por fazer um bom desempenho para si mesmo” (Goffman, 1972: 5). Goffman acredita que a face própria e a face de outros são construídas pelas regras do grupo e pela definição da situação.

Com a análise do “vocabulário da exploração”, Scott quer exemplificar a sua noção geral de que resistência também se expressa quanto ao simbólico e é indissociável das práticas materiais.

As demandas que os moradores e rendeiros das Regiões do Agreste e Sertão da Paraíba fazem aos proprietários de terra, principalmente quanto ao acesso à terra para plantio do roçado, a ajuda em doença, à obtenção de pequenos favores e/ou o atendimento a necessidades de emergência da família, são mediadas por obrigações morais que, tradicionalmente, cimentaram as relações de dominação entre esses grupos. Os trabalhadores rurais, em geral, se dirigem de forma respeitosa a grupos dominantes, latifundiários, políticos, agentes do estado, apelando para o sofrimento e desespero. Esta prática, ao mesmo tempo em que reafirma a diferença hierárquica, também busca um espaço para dialogar e expressar demandas.

Scott mostrou, em seus trabalhos (1985, 1990), vários exemplos que demonstram que as representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer as elites de reivindicações básicas que se justificam por sua clara evidência social.

As expressões da fala e do corpo, como o falar baixo, a cabeça curvada, o olhar para o chão e/ou um olhar dissimulado, durante encontros entre trabalhadores rurais e grupos dominantes, podem significar práticas de submissão, mas são entendidas aqui como demonstrações da transcrição pública, na qual os subordinados buscam não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações. Esta prática se diferencia de outras da “transcrição oculta”, como são as expressões lingüísticas, através das quais as elites são criticadas, julgadas e rejeitadas.

Scott (1990:140-52) lista várias outras práticas simbólicas de contestação e resistência, como as fofocas, os rumores, as ameaças através de cartas anônimas, as ameaças, os eufemismos e a magia. Ao proteger a identidade de seus agentes, estas expressões, por um lado, mostram o quanto a resistência ideológica é dissimulada, mas, por outro lado, facilitam a crítica aberta, bem como os ataques e ameaças.

Tomando o caso dos rumores, há um significativo exemplo, entre os camponeses trabalhadores/migrantes, que mostra a atuação da transcrição oculta na sensibilização e mobilização dos trabalhadores para um processo de enfrentamento, como é o caso de uma greve. Na greve de 3 de Dezembro de 1995, os dirigentes da Usina São José, localizada no município de Igarassu, estado de Per-

nambuco, tentaram deslocar os trabalhadores migrantes, que se alojavam no Engenho Água Branca, para outro alojamento. Esta estratégia visava evitar o contato dos trabalhadores com os dirigentes sindicais que viriam mobilizá-los para uma assembléia geral, a qual seria realizada na entrada da usina e iria avaliar a decretação da greve. Os trabalhadores tiveram diferentes atitudes: alguns cochichavam para outros não saírem; outros fingiram não entender a orientação da usina e foram tratar de arrumar suas redes para dormir; alguns, finalmente, falaram alto que não eram ladrões para serem removidos. Em seguida, espalhou-se o rumor de que outro grupo viria ocupar o alojamento e eles iriam para outro de piores condições, como já havia acontecido em 1993. Este boato fez com que, agindo de diferentes formas, todos permanecessem no alojamento e, conseqüentemente, foram em grande maioria participar da assembléia sindical no dia seguinte. Os rumores gerados no dia anterior se expressaram como uma forma eficiente de mobilização política, que, possivelmente tenha logrado melhores resultados que a ação sindical direta de convencer os trabalhadores a aderir ao movimento. Neste sentido, a prática de rumores revelou-se não apenas como uma transcrição oculta, mas também abriu possibilidades de expressão de confrontação na “transcrição pública”.

Além das expressões simbólicas da linguagem, a transcrição oculta também se expressa em “espaços de liberdade”, distantes do controle e disciplinamento das elites, nos quais se pratica, entre os subordinados, a comunicação “fora do palco” (offstage). O autor cita alguns exemplos de “espaços de liberdade” nas sociedades escravocratas. Em geral, a casa grande e o lugar de trabalho eram extremamente controlados, mas nos alojamentos, locais de moradia, se desenvolvem práticas lingüísticas, canções, expressões religiosas, contos folclóricos, vestimentas que escapam ao controle disciplinar (Scott, 1990: 120). Para a classe operária européia, os “espaços de liberdade” foram os bares, tavernas e cabarés.

Em nosso estudo (Menezes, 1997) das redes sociais e relações de sociabilidade em alojamentos de migrantes, verificamos que a estrutura disciplinar dos alojamentos é de vigilância e controle diuturno: administrador, cabo e arregimentadores são os personagens que cumprem o dever de manutenção da ordem, controlam a palavra e regulamentam as regras de convívio social. No entanto, observamos que a formação de redes sociais, seja interna ou externamente ao alojamento, constituem os “espaços de liberdade”. Internamente, cons-

tituem-se os grupos que cozinham, jogam ou bebem juntos. Cabe afirmar que, embora a bebida alcoólica seja proibida, há sempre um pequeno comércio escondido ou uma partilha comunitária de cachaça, o que os controladores da ordem fingem não ver e/ou saber. Como outros estudos realizados com migrantes em minas de ouro, especificamente na África do Sul (Moody, 1991), o álcool tem mediado não apenas a socialização de trabalhadores, em geral homens, que vivem isolados de suas famílias e trabalhando em atividades altamente espoliadoras da força-de-trabalho, mas também tem sido um mecanismo de alívio das tensões do trabalho e do controle disciplinar autoritário. Fora do alojamento, os bares, casas noturnas e cabarés têm sido refúgios onde os trabalhadores podem se expressar livremente, liberando tanto o ‘vocabulário da exploração’ como também elaborando fantasias de vingança e maledicência contra os chefes e donos da usina.

As relações de dominação também afetam a *dignidade humana*, gerando sentimentos de raiva e vingança. As interações sociais expressam não só a utilização de máscaras para esconder esses sentimentos, mas também o controle do que poderia ser um impulso natural para a raiva (Scott, 1990:37). Um trecho retirado do livro *Menino negro: um registro da infância e juventude* diz:

Cada dia no armazém eu via a brutalidade com um ódio crescente, embora tentando evitar que meus sentimentos transparecessem na minha face. Quando o chefe olhava para mim, eu evitava seus olhos. Eu temia que se eu me defrontasse com os brancos, eu perderia o controle de minhas emoções e jogaria prá fora as palavras que seriam minha sentença de morte (Scott, 1990: 39).

Frente a este contexto de auto-repressão pessoal, a transcrição oculta externaliza em fantasia e, ocasionalmente, em prática secreta, a agressão negada pela presença da dominação (1990: 37/8). Como exemplo de fantasia, o autor cita as canções de negros que surgiram logo após o naufrágio do Titanic, interpretando o afogamento de muitos brancos e ricos como justiça para os negros (Scott, 1990: 42).

Os espaços de liberdade ou as expressões lingüísticas que são entendidas na noção de “transcrição oculta” abre brechas/ possibilidades de resistência, quando as públicas não são possíveis em determinadas condições históricas. Para além disto, esta noção permite um passo a frente nas visões que opõem a luta material e a simbólica, restituindo o lugar do simbólico nas lutas contra a espoliação.

3. A ARTICULAÇÃO ENTRE ‘TRANSCRIÇÃO OCULTA’ E ‘PÚBLICA’

Embora priorize no seu trabalho uma abordagem de formas cotidianas de resistência, entendidas como “transcrição oculta”, Scott também propõe algumas idéias de como estas se articulam com expressões públicas de resistência tanto no nível individual quanto no coletivo, criticando a visão que prioriza os fatos objetivos como explicativos das coalizões públicas, movimentos sociais e rebeliões. Nesta visão, os movimentos ocorreriam quando mudanças econômicas e políticas aumentassem a probabilidade de emergência de atos de protesto público (Scott, 1990: 219). Esta perspectiva objetivista assume que a determinação do poder do dominante é decisivo nas formas de “reações” dos dominados. Scott critica esta visão que pressupõe uma internalização total do poder e entende que estimar as intenções e poder dos dominantes é um processo social de interpretação altamente submerso em desejos e medos. Assim, a eclosão das expressões públicas de resistência acontecem quando as elites e Estado parecem menos hostis à reivindicações, mas é também importante considerar a esfera da subjetividade, pois, muitas daquelas expressões ocorrem quando a revolta e a indignação dos indivíduos e grupos aumentam, fazendo com que a transcrição oculta se torne pública. Várias análises dos novos movimentos sociais no Brasil mostraram a relação entre a sua explosão, nos finais dos anos 70 e início dos 80, e o trabalho silencioso, persistente e difuso em diversos espaços sociais, desenvolvido durante o governo militar (Sader, 1988).

Scott cita inúmeros exemplos da história recente que expressam a articulação entre a transcrição oculta e a pública, como a Greve do Setor Naval Lenin in Gdansk, na Polônia, a qual originou a formação do movimento sindical conhecido como “Solidariedade”, que revigorou a vida pública da nação (Scott, 1990: 210-211). A emergência da “transcrição pública”, no entanto, não desloca a importância atribuída à análise da transcrição oculta, que envolve práticas dissimuladas e simbólicas dos subordinados. É este enfoque que permitirá uma narrativa menos mistificada dos grupos subordinados (Scott, 1990: 214).

A articulação entre a transcrição oculta e a pública também se realiza no nível dos indivíduos. Todo sistema de dominação produz feridas à dignidade humana. Os indivíduos sofrem uma repetida repressão de sentimentos de ódio e vingança que não podem ser explicitados. Scott (1990: 38) dirá que é através da transcrição oculta que es-

tas emoções podem ser liberadas e compartilhadas com outros.

Assim, quando são liberados publicamente, esses sentimentos tanto têm um significado social quanto representam uma descarga psicológica. Os trabalhadores canavieiros, em vários momentos, se expressam publicamente através de confrontos pessoais com os chefes. Estas atitudes desencadeiam ações punitivas de diferentes graus, desde suspensão do dia de trabalho até demissão da empresa. Porém, os trabalhadores manifestam sua satisfação e orgulho por terem liberado (“botado prá fora”) todo ódio, raiva, angústia e/ou desejo de vingança que haviam acumulado, ao longo de um período de controle cotidiano, sobre seus corpos, pensamentos e sentimentos.

Os trabalhadores contam estes acontecimentos com orgulho e utilizam expressões tais como “lavei minha alma”, “tirei um peso das costas”, remetendo à liberação de sentimentos que estavam há tempos armazenados. Estes momentos de explosão nem sempre acontecem quando existem condições objetivas, mas quando a indignação se torna intolerável e, como um explodir de fúria, emerge a transcrição pública. Assim, cabe discutir o ressentimento de classe. Segundo Barbalet (1992), ressentimento pode ser compreendido como “a condenação do que alguém almeja secretamente, mas não alcança”. Este autor propõe tratar o ressentimento como construído a partir das dimensões sociais da emoção. A dificuldade em discutir emoções e classes sociais é porque ambos constituem domínios teóricos e existenciais diferentes. Nessa perspectiva, pessoas têm emoções, mas *pertencem* a classes:

emoções são fenômenos psicofisiológicos, da micro-sociologia ou da área da psicologia social, enquanto classes são fenômenos sócio-econômicos ou macro-sociológicos ou da área de economia política (Barbalet, 1992: 150).

Entre as teorias da economia política, destaca-se a teoria de Marx, em que a ausência da ação de classe denota falsa consciência. Esta noção apenas mostra que as pessoas não compreendem a situação em que estão envolvidas e por isto não atuam enquanto classe, não oferecendo, portanto, indicações para entender o comportamento social a partir da orientação de seus atores. A teoria racional é uma explicação, ela justifica que os atores têm bases racionais para não se juntarem em ações coletivas. Segundo Barbalet, mesmo se os indivíduos orientam suas ações em bases racionais de modo a atender seus interesses, a base emocional permanece crucial (Barbalet, 1992: 151).

Assim como Scott, Barbalet entende que a emoção é central para a identidade, bem como para a ação social. Os recursos e conhecimentos que se referem à estrutura não são suficientes para a ação, sendo necessária uma abordagem que articule emoção com condições e oportunidades dadas.

A relação entre emoção e ação é complexa e sujeita a enormes diferenças de interpretação e representação teórica. Segundo Barbalet, emoção existe não como intrinsecamente motivada, como parte dos estados internos do indivíduo, mas em relacionamentos e interações entre indivíduos e sua situação social, então, em relações de classe.

Quando e em que circunstâncias o ressentimento de classe emerge? Ele é vivenciado quando um agente externo nega oportunidades e valores que seriam do direito dos atores, sendo, assim, um sentimento de indignação contra a desigualdade (Barbalet, 1992: 153). No entanto, ele nem sempre é externalizado, ou nas palavras de Scott: nem sempre “se fala a verdade ao poder”. As contradições são constitutivas das relações de classe, no entanto, o antagonismo e conflito são contingentes e esporádicos. Barbalet propõe três formas de compreender o papel da emoção nas relações de classe:

Primeiro, a emoção emerge ou se gesta nas relações estruturais da sociedade. Demonstramos que estas relações são mais complexas do que as teorias de classe assumem e devem incluir diferenças internas à classe e padrões culturais. Segundo, a emoção é a base ou origem da ação, que varia com a natureza e distribuição do padrão emocional. Terceiro, essas ações afetam a estrutura social seja quando reforçam as relações estabelecidas ou quando levam à modificações nas relações entre os atores sociais. Conseqüentemente, a emoção pode ser vista como tendo tanto uma ontologia social quanto uma eficácia social, e, sendo uma fonte de ação social, atua, também como articuladora de fases da estrutura social à medida que ela se transforma no tempo (Barbalet, 1992: 161).

Assim, a emoção tem base nas relações sociais, bem como é uma experiência individual em um contexto determinado. Barbalet (1992: 153), assim como Scott, entende que a conversão da contradição em antagonismo, ou seja, das condições imanentes para a ação de classe inclui o sentimento de ressentimento.

4. CRÍTICAS E DEBATE EM TORNO DA NOÇÃO DE “FORMAS COTIDIANAS DE RESISTÊNCIA”

A noção de “formas cotidianas de resistência”, proposta por Scott, desencadeou uma série de críticas, algumas

das quais foram apresentadas em um Seminário realizado em Dezembro de 1982, com especialistas em questão agrária no Sudeste Asiático. Duas críticas são destacadas aqui para exame. A primeira questiona as formas cotidianas como “resistência”. O representante desta perspectiva é White (1986), para quem estas formas são apenas uma válvula de escape e expressam falsa consciência. Isto se diferencia da resistência real, que se constituiria em práticas que transformam o sistema dominante. Posteriormente, outros autores também retomam esta crítica. Como exemplo, citamos Brass (1990) que tem como alvo os chamados ‘economistas morais’, entre os quais ele destaca Scott, Wolf e Alavi⁶, autores que recolocam a importância política dos camponeses na história contemporânea. A crítica de Brass se remete, também, aos novos movimentos sociais e aos “estudos subalternos”⁷, situando essas correntes como parte do Pós-modernismo, que, ao rejeitar as meta-narrativas eurocentristas, também negam a possibilidade de um processo universal de desenvolvimento sócio-econômico incorporado à noção de história como progresso (independente se isto se efetiva ou não) (Brass, 1990: 177). Nesta perspectiva,

o coletivo é substituído pelo sujeito individual, fragmentado e autônomo e este é definido não pela produção, mas pelo consumo. A centralidade do econômico cede espaço para o cultural, enquanto Lenin e Marx são similarmente escanteados por Gramsci e Foucault. A ação não é mais guiada por estrutura de classe/ formação/ luta, mas pelas identidades de subalternos e de elites ou aquelas baseadas em etnicidade, gênero, religião, região. Uma mudança na natureza mesma da ação faz com que a revolução seja substituída pela resistência, e, considerando as possíveis derivações desta transformação, o socialismo pode ser deslocado para a democracia burguesa (Brass, 1990: 177).

A crítica formulada na citação anterior se refere não apenas à noção de formas cotidianas de resistência, mas também às formas de resistência coletivas, como as do campo dos movimentos sociais. O questionamento de

Brass se ancora na defesa de um marxismo-leninista, que prima pela concepção progressista de história, em que se coloca a inevitabilidade da revolução como única alternativa para a superação das contradições da sociedade capitalista, bem como de uma transição do campesinato para o proletariado. A crítica de Brass (1990) também se ancora numa concepção marxista-leninista sobre o papel de vanguarda do proletariado no processo revolucionário em detrimento de outras classes como, por exemplo, os camponeses. A referência deste paradigma faz com que Brass coloque, no mesmo grupo, perspectivas teórico-metodológicas que têm similaridades, mas também se diferenciam, como as de Wolf e Scott, bem como o campo dos movimentos sociais e dos Estudos de Subalternos. Se Wolf enfatiza o papel dos camponeses em importantes revoluções sociais do século XX, Scott critica a compreensão desse paradigma como o único para compreender a política dos camponeses e propõe a noção de formas cotidianas de resistência.

Uma outra perspectiva apresentada no Seminário de 1982 é a de Turton (1986:38), que propõe pensar formas cotidianas de resistência no seu contexto social e político e em relação às noções de insubordinação, protesto, oposição, luta, rebelião e revolução.

Precisamos tratar de estruturas e processos de poder, não apenas aquelas formas institucionais, mas também seu exercício em situações locais e informais, o que Foucault chama “formas capilares, técnicas polimórficas (polymorphous) de subjugação, a micro-física do poder (Turton, 1986: 39).

Turton concorda com Scott, porém ressalta que não se trata apenas de uma definição de formas de resistência, mas da necessidade de tratá-las no contexto histórico e social das relações de poder. Ele argumenta polemizando a própria noção de resistência, que considera vaga e ampla, envolvendo práticas de natureza diversa. Propondo uma maior precisão da noção, Turton adiciona uma ter-

⁶ Alavi, H. 1973. Peasant Classes and Primordial Loyalties. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 1, Nº 1. Alavi, H. 1979. Peasants and Revolutions. In A. R. Desai (ed.) *Peasant struggles in India*. Delhi: Oxford University Press.

⁷ “Estudos dos Subalternos” (*Subaltern Studies*) é uma corrente da história social, desenvolvida na Índia, que tem como uma de suas bases a concepção de Gramsci e uma crítica ao neocolonialismo, ao nacionalismo e às abordagens marxistas tradicionais para o estudo do povo. Segundo Guha, um dos mais importantes líderes desta corrente, o que unifica esta historiografia é a inabilidade para ver e ouvir os insurgentes subalternos como eles realmente são (Mallon, 1994: 1496). Mallon afirma que, no prefácio ao primeiro volume do “Estudos dos Subalternos”, datado de Agosto de 1981, Ranajit Guha definiu os subalternos de modo amplo, como alguém que é subordinado em termos de “classe, casta, idade, gênero, de uma forma ou de outra” (Mallon, 1994: 1494).

ceira forma de resistência às duas propostas por Scott, que chama de “mediadora” (“in-between”), que se constitui numa mediação entre formas cotidianas e formas seculares de luta, ou entre mobilizações locais e movimentos de larga-escala e até movimentos insurgentes (Turton, 1986: 45).

A crítica de Turton a Scott também aparece em autores brasileiros. Caldeira questiona a dissociação da noção de formas cotidianas de resistência das relações de poder:

De fato, Scott descreve a estratégia vencedora dos proprietários de terra de Sedaka, enquanto ela se reproduz através de mecanismos estáveis. Ele tem certeza disso quando afirma que “essas circunstâncias formam o contexto normal no qual o conflito de classes tem ocorrido historicamente” (1985:27). Nessa situação, a resistência que Scott descreve não é uma estratégia de confrontação, mas está apenas inserida nas relações cotidianas de poder. Do meu ponto de vista, as formas de resistência descritas por Scott esclarecem mais sobre os mecanismos estáveis da estratégia dos proprietários para controlar a vida local, a sua definição da vida dos camponeses (incluindo a definição de sua possível resistência), do que sobre possibilidades de que os camponeses ajam contra essa dominação (...) O espaço da política fica, portanto, impensável no esquema de Scott (Caldeira, 1989: 27).

Os questionamentos de Caldeira e Turton sobre a noção de formas cotidianas de resistência são pertinentes na medida em que tocam na questão da relação dessa noção com as relações de poder. No entanto, convém adicionar alguns comentários inerentes aos questionamentos de Caldeira. Em outro momento do texto, Caldeira diz que Scott se coloca explicitamente contra as visões marxistas de organização política, incluindo a de Gramsci (Caldeira, 1989: 25). Na verdade, a noção de formas cotidianas de resistência se remete não a uma rejeição das expressões políticas do campesinato, mas antes revela uma insatisfação quanto à compreensão política dos camponeses apenas dentro de visões marxistas tradicionais, que se orientam por uma noção de política dissociada das práticas culturais, seja de classes ou de grupos sociais específicos. Na verdade, o que parece estar em jogo aqui é a própria noção de *política*. Para Scott, esta se define também, mas não apenas, pelas práticas de confronto aberto, público e/ou visível, mas pode inclusive estar dissimulada numa prática deferencial, de respeito honroso aos detentores e controladores do poder.

Um segundo comentário a adicionar à crítica de Caldeira é que ela toma como referência o livro publicado em 1985, trabalho que provocou forte reação na comunidade

acadêmica vinculada ao tema, sendo que uma das críticas centrais a esse trabalho foi justamente formulada por Caldeira. Os trabalhos posteriores de Scott tentam, de certa forma, dar uma resposta às reações críticas. Em artigo publicado em 1986, no mesmo número do *Journal of Peasant Studies*, no qual Turton publicou seu artigo, Scott, ao falar sobre a articulação entre interesses pessoais e coletivos, diz:

Ignorar o interesse pessoal na resistência camponesa é ignorar o contexto determinado, não apenas da política camponesa, mas de boa parte da política das classes pobres. É precisamente a fusão do interesse pessoal e resistência que constitui a força vital, animando a resistência de camponeses e proletários. Quando um camponês esconde parte de sua colheita para evitar pagar impostos, ele está tanto enchendo seu estômago quanto resistindo ao controle do estado. Quando um soldado camponês deserta do exército porque a comida é ruim e sua safra em casa está plenamente desenvolvida, ele está tanto cuidando de si mesmo e negando o corpo de soldados de guerra do Estado. Quando tais atos são raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando eles se tornam uma forma consistente (apesar de que não coordenada, espontânea), nós estamos lidando com resistência (Scott, 1986: 26).

Na citação anterior, Scott reconhece que as práticas “raras e isoladas” não constituem resistência. Elas são consideradas, por muitos autores, não-coordenadas, porque tomam como noção de coordenação as formas e espaços formais e burocráticos, porém elas são coordenadas na medida em que se assentam numa densa e rica rede informal, constituindo historicamente sub-culturas de resistência a demandas externas (Scott, 1986: 29). Ao enfatizar o caráter de recorrência e frequência das práticas cotidianas de resistência, Scott responde, de certo modo, às críticas que vêem nesta noção uma fragmentação do político ao tratá-lo em termos de práticas individuais, desconexas e esporádicas.

Vários exemplos citados nos dois livros (Scott, 1985, 1990) demonstram que determinadas práticas cotidianas têm um impacto sobre as relações sociais entre camponeses e proprietários de terras, comerciantes e Estado. Esse ponto se confirmou também em nosso estudo com trabalhadores migrantes na cana-de-açúcar, uma vez que observamos que a desistência do contrato de safra, embora individual, tem assumido proporções significativas e tem resultado, em muitas ocasiões, em sério risco para a finalização da colheita. Nesses casos, a fronteira entre formas cotidianas e coletivas não é facilmente demarcada.

Além do trabalho de Caldeira, as proposições teóricas de Scott são objetos de debate numa resenha crítica de Monsma (2000). O eixo central da crítica de Monsma se pauta pela influência significativa do interacionismo simbólico sobre a teoria da ação social de Scott, que é “um modelo algo ingênuo e voluntarista da ação humana, pois exagera o elemento planejado e estratégico da interação” (Monsma, 1999: 18). A ação individual e do grupo tem uma influência decisiva dos condicionantes sociais e das relações de dominação, não sendo tão fácil para os subordinados, a todo momento, manipular o poder em favor de suas percepções, valores e necessidades.

De fato, Scott (1985, 1990) questiona as teorias estruturalistas da ação social, afirmando que os indivíduos podem se utilizar de diferentes estratégias nas interações sociais, de modo a resguardar a sua dignidade. No entanto, estas ações não são pensadas em cada situação, mas antes são orientadas pelos esquemas de percepção e ação, tal como é o exemplo das regras de etiqueta, chamada por Scott de “gramática das interações sociais”.

Monsma (1999: 18/9) contrapõe “o modelo voluntarista da ação humana”, de Scott, à noção de habitus, de Bourdieu, segundo a qual os indivíduos usam regras ou esquemas de percepção e de ação generalizáveis entre situações semelhantes. No entanto, alguns estudiosos do pensamento de Bourdieu questionam a noção de habitus por conter uma tendência à reprodução da estrutura social, tornando difícil articulá-la ao movimento da mudança social (Ortiz, 1983: 26). Scott busca justamente uma alternativa às teorias que afirmam as condições de reprodução da dominação, como é o conceito de hegemonia e de habitus. As noções de transcrição oculta e pública, apesar de todas as suas limitações, representam uma alternativa para a compreensão das relações de dominação.

Além da crítica colocada anteriormente, merecem destaque outras três formuladas por Monsma. A primeira é que Scott trata a estrutura da dominação como algo “exterior” aos atores humanos, especialmente aos subalternos, e, por isso, desconsidera a participação destes na reprodução da dominação, romantizando a resistência (2000: 104)⁸. Assim, a transcrição pública não é somen-

te um jeito de lidar com a estrutura de dominação, mas também constitui e reproduz a dominação. Quanto à transcrição oculta, acrescenta Monsma, nem sempre é oposicionista, mas pode até ser complementar à transcrição pública.

Estes questionamentos de Monsma se fundamentam em referências vinculadas a outros trabalhos sobre a resistência cotidiana, mas das que chegaram a conclusões um pouco diferenciadas de Scott. Tal é o caso de Eugene Genovese⁹, em *O mundo prometido*, que mostra como “os escravos usavam a resistência cotidiana para melhorar sua condição dentro da escravidão, insistindo em transformar as concessões dos senhores em direitos”. Genovese chega à conclusão de que a resistência cotidiana é profundamente ambígua, pois ao mesmo tempo que permitia a conquista de alguns direitos para os escravos, aumentava a dependência deles dos senhores e reforçava a ideologia de paternalismo (Monsma, 1999: 12).

A segunda crítica apontada por Monsma consiste no fato de que as práticas cotidianas podem desviar a atenção de segmentos das classes dominantes que estejam mais distantes. No caso da Aldeia Malasiana, estudada por Scott, as transcrições oculta e pública são direcionadas para a elite local, que é muçulmana e etnicamente malaia como os pobres, mas poupam a elite dominante constituída de chineses ricos, em detrimento da local que aluga as máquinas de ceifar e debulhar aos plantadores de arroz. O mesmo caso acontece com os trabalhadores migrantes na agricultura canavieira em Pernambuco. Ali, as transcrições pública e oculta se voltam contra os usineiros locais, enquanto que o sistema de exploração a que estão submetidos também se explica pela submissão da agricultura açucareira nordestina à do Sudeste, particularmente São Paulo.

A terceira crítica indicada por Monsma são as divisões entre os subalternos, que não é abordada de forma sistemática por Scott. No entanto, Scott (1985: 224/5) dedica alguma atenção aos conflitos dentro da classe dos camponeses, demarcados por parentesco ou relações de vizinhança.

⁸ Monsma faz referência à noção de “dualidade da estrutura” de Giddens (*The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984), que entende que as estruturas existem virtualmente, na forma de procedimentos ou regras que são generalizáveis entre situações análogas e que, junto com recursos, facilitam e constroem a ação. Monsma ainda menciona a noção de habitus de Bourdieu (*Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972, 1977).

⁹ Genovese, E. R. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. Nova York, Vintage Books, 1972.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de formas cotidianas de resistência trouxe uma contribuição original para pensar a política de grupos subordinados para além de perspectivas clássicas das ciências sociais, que privilegiam as ações de movimentos sociais e partidos no processo de transformação social.

É também importante a crítica à concepção de classe e consciência de classe como derivadas essencialmente das condições materiais de existência, trazendo para o centro do debate os aspectos da cultura como valores, linguagem, rituais, canções e poesias que constituem espaços e práticas de identidade de classe. Também é importante a atenção para o papel das emoções na constituição da ação social.

No entanto, a perspectiva teórica de Scott também apresenta alguns problemas. Concordamos com a crítica de Monsma sobre as ambigüidades das formas de resistência cotidiana. É inegável que a análise destas práticas abre perspectivas de compreender a política de grupos subalternos para além da noção de hegemonia ou de conformismo e passividade. Mas, muitas vezes, elas apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos estão submetidos, não alterando, substancialmente, as relações de dominação. Assim, há o perigo de romantizar a resistência cotidiana, esquecendo-se de que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação. Uma forma de enfrentar as ambigüidades das práticas cotidianas é analisar tanto as conseqüências sobre a reprodução quanto sobre as transformações das relações de poder. Esta não é uma questão que se resolve em termos de debate teórico apenas, precisando, portanto, qualquer argumentação ser substantiada em estudos de casos concretos, referenciados empírica e historicamente.

BIBLIOGRAFIA

- BARBALET, J. M. A macrosociology of emotion: class resentment. In: *Sociological Theory*. 10:2, 1992, pp. 150-6.
- BOZZOLI, B. (1983) History, experience and culture. In: Bozzoli, B. (Ed.). *Town and Countryside in the Transvaal*. Johannesburg: Ravan Press, pp.1-47.
- BRASS, T. (1990) Moral Economists, Subalterns, New Social Movements, and the (Re-) Emergence of a (Post-) Modernised (Middle) Peasant. In: *The Journal of Peasant Studies*, vol. 18, No. 1, Outubro 1990.
- CALDEIRA, T. P. R. (1989) Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. In: BIB, Rio de Janeiro, n.27, pp. 3-50.
- GOFFMAN, E. (1985) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis/RJ, Vozes.
- GOFFMAN, E. (1972) *Interaction ritual: essays on face-to-face behaviour*. London: Penguin University Books.
- MALLON, F. E. (1994) The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American history. In: *American Historical Review*, pp. 1491-1515.
- MOODIE, D. (1983) 'Mine culture and Miners' Identity on the South African gold mines'. In: Bozzoli, B. (Ed.) *Town and countryside in the Transvaal: capitalist penetration and popular response*, pp. 176-197. Johannesburg: Ravan Press.
- MOODIE, D. (1991) 'Social existence and the practice of personal integrity. Narratives of resistance on the South African Gold mines'. *African Studies*, Vol. 50, No.1-2, pp. 39-63.
- MONSMA, K. James C. Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica. In: BIB, RJ, no.49, 1º semestre de 2000, pp. 95-121.
- ORTIZ, R. (1983) A procura de uma sociologia da prática. In: Pierre Bourdieu. Ortiz, R. (org.). (Coleção Grandes Cientistas Sociais 39). SP: Ática, pp. 7-36.
- ORTNER, S. B. (1995) Resistance and the problem of ethnographic refusal. In: *Society for Comparative Study of Society and History*, 37 (1), pp.173-193.
- RAMALHO, J.R. & STERCI, N. (1996) A resistência em campo minado. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 32, ano 11, Outubro de 1996, pp. 83-88.
- SADER, E. (1988) Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 80). RJ: Paz e Terra.
- SANTOS, J. V. T. (1985) Lutas Agrárias Latino-Americanas: da resistência ao projeto societário. In: Santos, J.V.T. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 32-44, jan./jun. 2002

(org..) Revoluções camponesas na América Latina. SP: Ícone/ Ed. Da UNICAMP, pp. 7-14.

SCHERER-WARREN, I. (1987) O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I. e Krischke, P.J. (orgs.) Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. SP: Brasiliense, pp. 35- 53.

SCOTT, J. (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.

SCOTT, J. (1985) *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press.

SCOTT, J. (1986) Everyday forms of peasant resistance. In: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2, Janeiro de 1986, pp. 5-35.

THOMPSON, E. P. (1981) *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. RJ. Zahar.

THOMPSON, E. P. (1987) *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I – A árvore da liberdade. RJ: Ed. Paz e Terra.

TURTON, A. (1986) *Patrolling the Middle-Ground: Methodological perspectives on 'everyday peasant resistance'*. In: *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, No. 2, Janeiro 1986, pp. 36-48.

VIOLA, E. & MAINWARING, S. (1987) *Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina*. In: Scherer-Warren, I. e Krischke, P.J. (orgs.) *Uma revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. SP: Brasiliense, pp. 102-188.

White, Christine Pelzer. *Everyday Resistance, Socialist Revolution and Rural Development: The Vietnamese Case*. In: *The Journal of Peasant Studies*, vol. 13, no. 2, January 1986, pp. 49-63.

WILSON, H. (1987) *Book Review: James C. Scott. Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. In: *Labour, Capital and Society*, vol. 20, No.1, Abril 1987.